

**Globalização Neoliberal, Transformações
Contemporâneas do Trabalho e Processos de Subjetivação**

Isabela Assis Duarte

Orientador Prof. Me. Leonel Cardoso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia, 2026

Globalização Neoliberal, Transformações Contemporâneas do Trabalho e Processos de Subjetivação

Isabela Assis Duarte

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Trabalho apresentado como requisito
parcial da disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso II, da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.
Realizado sob orientação do prof.
Me. Leonel Cardoso dos Santos.

Banca Examinadora:

Leonel Cardoso dos Santos, Me.

Presidente da Banca

Professor-Supervisor

Katya Alexandrina Matos B Motta, Dra.

Professor(a) Convidado(a)

Carolina Cardoso de Souza, Ma.

Professor(a) Convidado(a)

Data da Avaliação: 01/06/2026

Nota final: _____

Resumo

O presente estudo analisa as transformações contemporâneas do trabalho e seus impactos sobre a subjetividade dos trabalhadores, a partir de uma revisão narrativa de literatura. O objetivo foi compreender de que modo as mudanças nas formas de organização do trabalho, marcadas pela flexibilização produtiva, pela intensificação da mediação tecnológica e por novas estratégias de gestão sob a lógica neoliberal, reconfiguram a experiência laboral contemporânea. Os resultados indicam que tais transformações ampliam mecanismos de controle mais difusos e internalizados, ao mesmo tempo em que intensificam a responsabilização individual do trabalhador por sua trajetória profissional e desempenho. Observa-se que o trabalho contemporâneo se caracteriza por uma ambivalência entre possibilidades de realização e produção de sentido e o aumento de sofrimento psíquico, desgaste emocional e insegurança laboral, evidenciando a dimensão estrutural desses fenômenos. Apesar disso, identificam-se espaços cotidianos de criação, cooperação e resistência, que expressam a permanência de formas de agência e subjetivação no trabalho. Conclui-se que o trabalho contemporâneo se organiza em uma tensão permanente entre controle e autonomia, com importantes implicações psicossociais para a saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho contemporâneo; subjetividade; neoliberalismo; sofrimento psíquico; Psicologia do Trabalho.

Abstract

This study analyzes contemporary transformations in work and their impacts on workers' subjectivity through a narrative literature review. The objective was to understand how changes in forms of work organization, marked by productive flexibility, the intensification of technological mediation, and new management strategies grounded in neoliberal logic, reconfigure contemporary work experiences. The findings indicate that such transformations expand more diffuse and internalized mechanisms of control while intensifying workers' individual responsibility for their professional trajectory and performance. Contemporary work is characterized by an ambivalence between possibilities for fulfillment and meaning-making and the increase in psychological distress, emotional exhaustion, and job insecurity, highlighting the structural dimension of these phenomena. Nevertheless, everyday spaces of creation, cooperation, and resistance were identified, expressing the persistence of forms of agency and subjectivation at work. It is concluded that contemporary work is organized within a permanent tension between control and autonomy, with important psychosocial implications for workers' health.

Keywords: contemporary work; subjectivity; neoliberalism; psychological distress; Work Psychology.

Sumário

1) Introdução.....	1
1.1. A Psicossociologia do Trabalho e a problemática da alienação	
1.2. Clínicas do Trabalho e o impacto da organização do trabalho na subjetividade	
1.3. Flexibilização do trabalho e reestruturação produtiva do capitalismo	
1.4. Transformações contemporâneas do trabalho: breve contextualização histórica	
2) Método.....	9
3) Resultados.....	11
3.1. Transformações contemporâneas do trabalho	
3.2. Globalização neoliberal como matriz estruturante	
3.3. Processos de subjetivação e impactos na saúde mental	
4) Discussão.....	15
5) Conclusão.....	20
6) Referências.....	22

Globalização Neoliberal, Transformações Contemporâneas do Trabalho e Processos de Subjetivação

Isabela Assis Duarte

Leonel Cardoso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

O presente trabalho volta-se à análise das transformações contemporâneas do trabalho no contexto das mudanças decorrentes da globalização de orientação neoliberal, buscando compreender seus impactos na subjetividade do trabalhador. Uma matéria recente publicada pela revista *Veja*, na coluna *Balanço Social*, evidencia esse cenário ao apontar que 57,3% dos trabalhadores brasileiros consideram difícil ou muito difícil conseguir emprego no país, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas. Para além da dificuldade de acesso ao mercado, a matéria também destaca mudanças no perfil do trabalhador e em sua relação com o trabalho, indicando uma crescente valorização de aspectos como flexibilidade, autonomia e qualidade de vida, em meio à expansão de vínculos laborais instáveis, como a informalidade e o trabalho mediado por plataformas digitais.

Corroborando a relevância desse debate, observa-se uma crescente preocupação institucional com os impactos do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. Nessa direção, destaca-se a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passou a reforçar a necessidade de identificação e gerenciamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho, reconhecendo fatores relacionados à organização do trabalho, às exigências laborais e às condições psicossociais como elementos relevantes para a saúde dos trabalhadores. Tal movimento evidencia a atualidade das discussões acerca das relações entre trabalho, subjetividade e saúde mental, reforçando a importância de investigações que busquem compreender os efeitos das transformações em curso sobre a experiência subjetiva no trabalho.

Isto é, observa-se uma tensão entre discursos de liberdade, autonomia e flexibilidade e a intensificação de processos de precarização, fenômeno que contribui para a reconfiguração dos sentidos atribuídos ao trabalho. Diante disso, torna-se necessário problematizar os impactos dessas transformações na experiência subjetiva dos trabalhadores.

1.1. A Psicossociologia do Trabalho e a problemática da alienação

A psicossociologia do trabalho compreende o trabalho como elemento central na constituição do sujeito e das formas de organização social. Segundo Lhuilier (2014), essa perspectiva se fundamenta nos conceitos de atividade, ação e práxis, entendendo o trabalho como mediação entre dimensões sociais e psíquicas, atravessadas por condições históricas e organizacionais. Nessa abordagem, o sujeito é considerado em sua relação indissociável com o contexto de trabalho, mediado por instâncias como grupo, organização e instituição.

O estudo de Lhuilier (2014), por sua vez, insere-se no campo da psicossociologia e das ciências do trabalho, tendo como objetivo analisar as formas de constituição da subjetividade no trabalho contemporâneo a partir da articulação entre atividade, relações sociais e processos de sentido. A autora busca compreender como as transformações nas formas de organização do trabalho impactam a relação do sujeito com sua atividade e com o significado do que realiza.

Nesse enquadramento, a psicossociologia do trabalho se apoia em contribuições clássicas para a compreensão da relação entre trabalho e subjetividade. Em Marx (1867/2013), o trabalho é entendido como atividade central da vida humana, mas que, nas condições do capitalismo, pode se configurar como alienada, marcada pela separação entre o trabalhador, o produto e o sentido de sua atividade. Essa formulação sustenta a compreensão do trabalho como atravessado por relações sociais que estruturam a experiência do sujeito.

Em Freud (1930/2011), o trabalho é compreendido como parte da economia psíquica, associado à sublimação e à inserção do sujeito no laço social. Dessa forma, ele participa da organização da vida psíquica e da relação do indivíduo com a cultura, não se restringindo à dimensão produtiva.

Mauss (1925/2003) contribui ao compreender as relações sociais como estruturadas por sistemas de dádiva e reciprocidade, ampliando a leitura do trabalho para além da lógica estritamente econômica, ao enfatizar sua dimensão relacional e social.

A partir dessas bases, a psicossociologia do trabalho articula sujeito, atividade e contexto social, compreendendo o trabalho como uma prática socialmente situada, atravessada por condições históricas, organizacionais e simbólicas. Nesse sentido, o trabalho não é apenas execução de tarefas, mas uma atividade que envolve produção de sentido e inserção do sujeito em relações sociais mais amplas.

Nesse quadro, a alienação é compreendida como o processo em que ocorre o

distanciamento entre o sujeito e o sentido de sua atividade, conforme formulado por Marx (1867/2013), especialmente em contextos marcados por formas de organização do trabalho que reduzem a autonomia e a possibilidade de apropriação da própria ação. No contexto contemporâneo, esse conceito permite compreender situações em que o trabalhador perde a possibilidade de se reconhecer em seu fazer, que passa a ser percebido como exterior a si.

Assim, a alienação pode ser entendida como o enfraquecimento da relação entre sujeito, atividade e produção de sentido no trabalho, o que afeta diretamente a forma como o trabalhador se constitui em sua experiência laboral.

1.2. Clínicas do Trabalho e o impacto da organização do trabalho na subjetividade

As Clínicas do Trabalho constituem um campo da Psicologia do Trabalho voltado à compreensão das relações entre organização do trabalho, subjetividade e processos de saúde e sofrimento psíquico. Segundo Araújo e Barros (2019), trata-se de um conjunto de abordagens que amplia a Psicologia do Trabalho ao incorporar a centralidade da experiência concreta dos trabalhadores, enfatizando os efeitos subjetivos produzidos pelas formas contemporâneas de organização laboral.

Nesse campo, o trabalho é compreendido como uma atividade que não se reduz à sua dimensão técnica ou produtiva, envolvendo necessariamente a implicação subjetiva do trabalhador. Nessa direção, a organização do trabalho é considerada um elemento central na produção de experiências de sofrimento ou de realização, na medida em que define margens de autonomia, reconhecimento e participação na atividade.

Na tradição da Psicodinâmica do Trabalho, Christophe Dejours (1992) destaca que o trabalho pode ser fonte tanto de sofrimento quanto de prazer, dependendo das condições organizacionais e das possibilidades de reconhecimento do sujeito. Para o autor, o sofrimento no trabalho não decorre exclusivamente de fatores individuais, mas está diretamente relacionado à forma como o trabalho é organizado e às possibilidades de elaboração subjetiva da experiência laboral.

Nesse mesmo campo, Dejours (1992) enfatiza que o sofrimento pode ser mediado por estratégias defensivas coletivas e individuais, que permitem ao trabalhador lidar com as exigências impostas pela organização do trabalho. No entanto, quando essas mediações se fragilizam, o sofrimento pode se intensificar, afetando diretamente a saúde mental.

Em outra vertente das Clínicas do Trabalho, Yves Clot (2007) destaca a importância da distinção entre trabalho prescrito e trabalho real, compreendendo a atividade como espaço de

criação e transformação. Para o autor, a saúde no trabalho está relacionada ao “poder de agir” do sujeito, isto é, à sua capacidade de intervir sobre sua própria atividade e sobre o meio em que trabalha. Quando esse poder de agir é restringido por formas rígidas de organização do trabalho, há uma redução da margem de autonomia do trabalhador, o que pode gerar experiências de bloqueio da atividade e sofrimento psíquico. Assim, a saúde não é entendida como ausência de sofrimento, mas como a possibilidade de ampliação da potência de ação no trabalho.

A partir dessa compreensão da atividade e de suas condições de realização, é possível ampliar a análise para as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, que incidem diretamente sobre as formas de organização laboral e sobre a experiência subjetiva dos trabalhadores. Nesse sentido, Byung-Chul Han, em *Sociedade do Cansaço*, descreve a passagem de uma sociedade disciplinar para uma “sociedade do desempenho” (Han, 2015), na qual os mecanismos de controle deixam de se basear predominantemente na coerção externa e passam a operar pela internalização da exigência de produtividade. Nesse contexto, o sujeito é convocado à autoexploração, assumindo simultaneamente o papel de agente e objeto de sua própria performance, configurando-se como “empresário de si mesmo”. A flexibilização das relações de trabalho e a diluição das fronteiras entre vida pessoal e atividade laboral intensificam esse processo, ampliando exigências de disponibilidade, desempenho contínuo e responsabilização individual pelos resultados, o que favorece formas contemporâneas de sofrimento psíquico, como o esgotamento.

Dessa forma, a relação entre saúde e doença no trabalho evidencia que os efeitos do trabalho sobre a subjetividade estão diretamente ligados às suas formas de organização e às condições concretas de realização da atividade. No contexto brasileiro, as Clínicas do Trabalho são situadas por Araújo e Barros (2019) como um campo plural que articula diferentes abordagens, mas que compartilha a compreensão de que o sofrimento no trabalho deve ser analisado em relação às suas determinações organizacionais. Fatores como intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e aumento dos mecanismos de controle são elementos que incidem diretamente sobre a experiência subjetiva do trabalhador.

Nesse sentido, as Clínicas do Trabalho permitem compreender que a organização do trabalho ocupa um papel central na produção de experiências de sofrimento e de possibilidades de saúde, dependendo das condições em que a atividade é realizada e das margens de implicação subjetiva do trabalhador em seu fazer.

1.3. Flexibilização do trabalho e reestruturação produtiva do capitalismo

As transformações no mundo do trabalho contemporâneo estão diretamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo, intensificado a partir do final do século XX com a expansão da globalização econômica e das políticas de orientação neoliberal. Nesse contexto, observa-se a emergência de formas mais flexíveis de organização do trabalho, caracterizadas pela intensificação da precarização, pela fragmentação dos vínculos laborais e pela ampliação de modalidades como a terceirização e o trabalho informal (Antunes & Alves, 2004; Harvey, 1992).

Segundo Antunes e Alves (2004), essas transformações configuram mutações estruturais no mundo do trabalho, marcadas pela passagem do modelo fordista-taylorista para formas mais flexíveis de produção, associadas à mundialização do capital. Os autores destacam que esse processo não representa uma redução da centralidade do trabalho, mas uma reconfiguração de suas formas de organização, com forte impacto sobre as condições de trabalho e sobre a vida dos trabalhadores.

A organização do trabalho, assim, é compreendida como o conjunto de normas, prescrições e formas de estruturação das atividades laborais que orientam a execução do trabalho. Conforme discutido por Antunes e Alves (2004), as transformações recentes nas formas de organização do trabalho estão associadas à flexibilização produtiva e à intensificação das exigências sobre os trabalhadores, impactando diretamente suas condições de atuação.

Nesse cenário, a flexibilização do trabalho se apresenta como resposta às exigências de competitividade e adaptação dos sistemas produtivos às dinâmicas do mercado global. De acordo com Harvey (1992), esse movimento está associado ao que o autor denomina “acumulação flexível”, caracterizada por maior instabilidade produtiva, reorganização espacial das empresas e flexibilização das relações de trabalho, incluindo a intensificação da terceirização e da subcontratação.

A terceirização, nesse contexto, torna-se uma das principais estratégias de reorganização do trabalho, ao permitir às empresas a redução de custos, a transferência de responsabilidades trabalhistas e a ampliação da flexibilidade operacional. Conforme Druck (2011), esse processo está diretamente relacionado à precarização das condições de trabalho, uma vez que tende a fragilizar vínculos empregatícios, reduzir direitos trabalhistas e aumentar a insegurança laboral.

Do ponto de vista histórico, essas transformações ganham maior visibilidade a partir

das décadas de 1970 e 1980, com a crise do modelo fordista de produção e a ascensão do neoliberalismo como orientação política e econômica. Conforme Castel (1998), esse período é marcado pela erosão das estruturas tradicionais de proteção ao trabalho e pela ampliação da insegurança social, configurando um novo regime de vulnerabilidade associado ao trabalho assalariado.

Portanto, a flexibilização do trabalho pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reorganização do capitalismo contemporâneo, que busca responder às exigências de competitividade global por meio da redução de custos, da intensificação da produtividade e da flexibilização das relações de trabalho. Esse processo, caracterizado pela instabilidade dos vínculos, pela terceirização e pela redução de garantias trabalhistas (Antunes & Alves, 2004; Harvey, 1992), embora frequentemente apresentado como modernização ou adaptação econômica, está associado a profundas transformações nas formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Dessa forma, permite situar as transformações estruturais que atravessam o trabalho contemporâneo e suas implicações para os trabalhadores.

1.4. Transformações contemporâneas do trabalho: breve contextualização histórica

As transformações contemporâneas do trabalho tornam-se mais evidentes a partir das décadas de 1970 e 1980, período marcado pela crise do modelo fordista de produção e pela reconfiguração das formas de organização do trabalho no capitalismo (Antunes & Alves, 2004; Harvey, 1992). Nesse contexto, intensificam-se mudanças já em curso nas formas de organização da produção, que passam a responder de maneira mais direta às exigências de acumulação do capital, conforme discutido por Marx (1867/2013).

A partir desse período, observa-se, em diferentes contextos internacionais, a adoção de reformas e práticas que ampliam a flexibilização das relações de trabalho, incluindo a expansão da terceirização, a desregulamentação trabalhista e a diversificação dos vínculos empregatícios. Segundo Castel (1998), esse processo está associado à fragilização das formas tradicionais de inserção no trabalho e à ampliação de situações de vulnerabilidade social.

Exemplo concreto desse processo pode ser observado em matéria publicada em março de 2026 pela revista *Veja*, na coluna *Balanço Social*, que reúne dados recentes sobre a expansão da informalidade no trabalho. Com base em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a reportagem aponta que o mercado informal deverá atingir 2,1 bilhões de trabalhadores em 2026, marcados pelo acesso limitado à proteção social, aos

direitos trabalhistas e à estabilidade no emprego, além de registrar aproximadamente 284 milhões de trabalhadores em situação de pobreza extrema. No Brasil, segundo dados apresentados pela matéria a partir da revista ESG Insights, a informalidade, após redução observada na primeira década dos anos 2000, voltou a crescer após a recessão de 2015-2016 e permanece, desde 2022, em torno de 38% a 40% da população ocupada.

Nas décadas seguintes, essas transformações passam a se expressar de maneira ainda mais intensa em formas de trabalho marcadas pela instabilidade e pela redução da proteção social. Conforme Druck (2011), tais mudanças contribuem para a intensificação da precarização do trabalho, ao mesmo tempo em que reconfiguram as formas de inserção dos trabalhadores no mercado.

A precarização das relações de trabalho também pode ser observada nas condições enfrentadas por trabalhadores vinculados a plataformas digitais. Em matéria publicada em 2024 pelo Intercept Brasil, são apresentados dados de uma pesquisa realizada por pesquisadores da Unicamp com 200 entregadores da região de Campinas (SP), evidenciando altos índices de acidentes de trânsito, privação de sono, ausência de dias de descanso e desidratação decorrente da falta de infraestrutura básica para o exercício da atividade. A reportagem destaca ainda jornadas de trabalho que podem alcançar até 80 horas semanais, apontando que o trabalho mediado por aplicativos tem contribuído para a intensificação de formas de inserção caracterizadas pela insegurança laboral e pela fragilização das garantias sociais.

Assim, mais do que mudanças pontuais nas formas de organização produtiva, as transformações contemporâneas do trabalho configuram um processo histórico contínuo de reestruturação das relações laborais, marcado pela ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização das condições de trabalho.

Diante das transformações contemporâneas do trabalho e das formas como a literatura em Psicologia do Trabalho e áreas afins tem abordado esse fenômeno, este estudo tem como objetivo geral analisar como essa produção teórica compreende os processos de subjetivação do trabalhador no contexto das transformações do trabalho sob a lógica da globalização neoliberal. Como objetivos específicos, busca-se identificar as principais transformações do trabalho descritas na literatura selecionada; mapear as categorias teóricas utilizadas para compreender os processos de subjetivação; analisar a articulação entre mudanças na organização do trabalho e impactos subjetivos; examinar os principais efeitos subjetivos apontados; e discutir os limites e potencialidades das abordagens teóricas encontradas.

A relevância deste estudo se justifica tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

Academicamente, contribui para a sistematização e análise temática da produção sobre trabalho e subjetividade em um contexto de flexibilização e precarização das relações laborais, além de buscar contribuir com as discussões desenvolvidas no curso de Psicologia da PUC Goiás acerca da Psicologia do Trabalho, especialmente no que se refere às configurações contemporâneas do trabalho. No campo profissional, auxilia na compreensão dos impactos dessas transformações na experiência dos trabalhadores, oferecendo subsídios para uma leitura mais contextualizada e crítica dos processos de sofrimento e saúde no trabalho.

2. Método

Este estudo consiste em uma investigação de caráter qualitativo, desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura. A pesquisa tem como objetivo examinar como a produção acadêmica, especialmente no campo da Psicologia do Trabalho e áreas correlatas, tem abordado as transformações contemporâneas do trabalho associadas à globalização neoliberal e seus desdobramentos nos processos de subjetivação.

A escolha pela revisão narrativa decorre da natureza teórica do objeto investigado. Os processos de subjetivação relacionados às transformações nas formas de organização do trabalho configuram fenômenos complexos, atravessados por múltiplas perspectivas analíticas e campos disciplinares. Nesse contexto, a revisão narrativa mostra-se adequada por possibilitar a articulação de diferentes contribuições teóricas e resultados de pesquisas, favorecendo a construção de uma análise crítica e integradora. Conforme Edna Terezinha Rother (2007), esse tipo de revisão caracteriza-se como uma abordagem ampla e de caráter descritivo, voltada à análise da literatura científica, permitindo a elaboração de interpretações e conexões teóricas que contribuem para a compreensão do campo investigado.

O levantamento bibliográfico foi realizado inicialmente por meio de buscas no Google Acadêmico, em função de sua ampla cobertura de produções científicas. Posteriormente, procedeu-se à verificação da indexação dos estudos na base SciELO, com o objetivo de priorizar artigos publicados em periódicos científicos. Para as buscas, foram utilizados descritores relacionados ao tema, combinados por operadores booleanos (AND), tais como: “globalização”, “globalização neoliberal”, “transformações do trabalho”, “subjetividade”, “subjetivação” e “trabalho”. O recorte temporal compreendeu publicações entre os anos de 2000 e 2025, período marcado pela intensificação de processos como a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a expansão da economia globalizada.

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos estudos. Incluíram-se artigos publicados a partir do ano 2000 que abordassem as transformações do trabalho no contexto neoliberal e suas relações com a subjetividade, especialmente no campo da Psicologia ou em áreas afins. Foram excluídas produções sem interface com a temática da subjetividade, textos de natureza exclusivamente econômica e estudos estritamente quantitativos que não contemplassem a análise dos efeitos subjetivos dessas transformações.

A triagem dos materiais ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, realizou-se a análise dos títulos, seguida da leitura dos resumos para verificação de pertinência temática. Os

estudos considerados relevantes foram submetidos à leitura integral, momento em que se confirmou sua adequação aos critérios estabelecidos e sua contribuição para o objetivo da pesquisa.

No levantamento inicial, foram identificados 14 materiais potencialmente relevantes. Após a aplicação dos critérios definidos, com ênfase na seleção de artigos publicados em periódicos científicos, o corpus final foi composto por 8 estudos, os quais foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, buscando identificar convergências, tensões e categorias teóricas recorrentes na literatura sobre as relações entre trabalho e subjetivação.

3. Resultados

3.1. Transformações contemporâneas do trabalho

Damião e Félix (2013), ao analisarem as transformações contemporâneas do trabalho no contexto de mudanças socioeconômicas e tecnológicas, adotam uma perspectiva histórico-sociológica para refletir sobre a condição do trabalho sob a lógica da mentalidade de curto prazo. A ênfase desses autores recai sobre o entendimento da modernidade como “um projeto que vem influenciando a formação de nossa subjetividade, nossa interação e nossa organização social”. A partir dessa premissa, apresentam que a globalização neoliberal radicaliza a competitividade e altera a percepção temporal do trabalhador, gerando uma condição de “instabilidade e incerteza permanentes”. Eles concluem que ser moderno implica enfrentar a ambivalência de um ambiente que ameaça destruir saberes e identidades, exigindo processos contínuos de adaptação.

Diferentemente dessa abordagem, o trabalho de Lopes (2009) tem como destaque os processos de acumulação flexível e a subjetividade. O objetivo da autora foi problematizar a relação sujeito-trabalho diante das “diferentes implicações sociopolíticas e subjetivas desta nova realidade da organização produtiva capitalista”. É apresentado que a acumulação flexível constitui a base das novas configurações produtivas, concluindo que as transformações contemporâneas não são apenas técnicas, mas estruturantes da forma como o sujeito se vincula ao ambiente laboral.

Sob um enfoque na tecnologia e na organização do trabalho digital, o estudo de Kanan e Arruda (2013) consistiu em uma revisão crítica que objetivou discutir a dinâmica produtiva na era digital. As autoras destacam o papel das tecnologias digitais na gestão e na divisão das tarefas, afirmando que essas transformações “alteram a dinâmica das atividades, exigindo reconfigurações constantes dos processos de trabalho e das responsabilidades individuais”. A partir dessa análise, concluem que tal transição impõe uma relação de “liberdade e subserviência”, onde a autonomia técnica coexiste com novos mecanismos de controle. Esta perspectiva é complementada por Cruz et al. (2023), que apresentam a tecnologia como elemento central na modificação dos vínculos laborais. Como exemplo prático, Cruz et al. (2023) apontam a expansão do teletrabalho, evidenciando que esta modalidade exige que o trabalhador gerencie sua própria infraestrutura e tempo.

Uma abordagem distinta é oferecida por Diniz e Campos (2017), cuja ênfase é empírica e fundamentada na psicanálise. Os autores realizaram uma pesquisa de campo

qualitativa e exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas com trabalhadores que buscavam recolocação em uma empresa de recursos humanos. O estudo situa o trabalho contemporâneo no contexto da globalização econômica e reforça desdobramentos críticos ao afirmar que este é “caracterizado pelas distintas transformações [...] resultando na terceirização e robotização do trabalho”. Os autores concluem que a terceirização simboliza a perda de direitos historicamente conquistados e que o avanço tecnológico é utilizado para a substituição da força humana por sistemas que visam menores custos. Os dados da pesquisa indicam que, nesse cenário, o trabalhador ocupa uma posição subordinada, sendo frequentemente tratado “como um objeto”, devendo atender “aos desejos e às determinações de um Outro-organizacional”, o que revela um processo de alienação e precarização das relações laborais.

Por fim, Paulino (2001) traz visibilidade para a economia política da comunicação e a reestruturação industrial. O estudo discute a categoria trabalho e conclui que as mudanças tecnológicas geram fenômenos como o “fechamento de postos de trabalho” e o “surgimento de novas profissões”. O autor fundamenta suas conclusões em dados que indicam que a reorganização industrial altera os valores e as formas de relacionamento social. Como evidência prática, apresenta que a perda do posto de trabalho tradicional desarticula os laços de solidariedade coletiva que eram fundamentais na organização fabril anterior, impactando a vida do sujeito para além do âmbito produtivo.

3.2. Globalização neoliberal como matriz estruturante

A investigação da transição da modernidade para o cenário neoliberal proposta por Damião e Félix (2013) situa a globalização como elemento central nas transformações do trabalho. Os autores colocaram em realce a “mentalidade de curto prazo”, apresentando que a globalização altera a percepção temporal do sujeito. Eles concluem que a condição atual é marcada por uma prontidão permanente, onde o valor do trabalhador é volatilizado em favor de resultados imediatos. Como exemplo dessa dinâmica, o estudo aponta a substituição de carreiras estáveis por ocupações temporárias e voláteis, onde o valor do profissional é medido estritamente pelo seu desempenho presente.

Lopes (2009), propõe que, sob a lógica da acumulação flexível, a gestão contemporânea convoca o íntimo do trabalhador para o centro da produção, exigindo que ele gerencie sua própria carreira como se fosse uma empresa. A evidência prática trazida pela autora é a “individualização dos riscos”, apresentando que o peso das incertezas econômicas é transferido das organizações diretamente para o psicológico do indivíduo, resultando na

erosão dos limites entre a vida pessoal e a profissional.

Sob uma ênfase na gestão e na saúde coletiva, Lucca (2017) apresenta uma análise focada no impacto dos modelos de gestão surgidos a partir dos anos 90. O autor objetivou compreender como a radicalização da competitividade neoliberal interfere na capacidade de agir do sujeito, concluindo que a gestão baseada em metas inalcançáveis é uma decorrência direta dessa lógica. Como desdobramento prático, o estudo aponta o surgimento de uma "epidemia" de transtornos mentais, situando o adoecimento como um resultado estrutural dos novos modelos de gestão por resultados que caracterizam o período.

Enquanto os autores anteriores discutem o trabalho ativo, o estudo de Diniz e Campos (2017) foca na "desumanização" do processo de seleção, apresentando dados que indicam como o trabalhador é reduzido à condição de "objeto". A conclusão da pesquisa é que a subjetividade é capturada pela lógica neoliberal, levando o indivíduo a buscar apenas atender aos desejos de produtividade do "Outro-organizacional".

Paulino (2001) também analisa a categoria trabalho a partir das transformações decorrentes do processo de reestruturação industrial no contexto da mundialização da cultura. Nesse recorte, o autor conclui que o impacto neoliberal resulta na incorporação de tecnologias e de modelos gerenciais como a "Qualidade Total" no processo de reorganização produtiva, elementos por ele tidos como evidência empírica da substituição dos laços de classe por uma competitividade individual balizada pela mundialização da cultura.

3.3. Processos de subjetivação e impactos na saúde mental

Os processos de subjetivação e os impactos sobre a saúde mental refletem um cenário onde, conforme descreve Lopes (2009), a lógica neoliberal reflete na experiência do trabalhador ao influenciar suas percepções, comportamentos e formas de atuação, isto é, enfatiza que a subjetividade é constantemente moldada pelas pressões organizacionais. A autora conclui que o trabalhador contemporâneo é submetido a exigências que impactam seu equilíbrio psíquico, uma vez que a lógica da acumulação flexível captura a dimensão afetiva e cognitiva do sujeito para fins produtivos.

Sob um viés de sofrimento ético e organizacional, Backes (2012) apresenta os resultados de uma pesquisa descritiva realizada com trabalhadores do setor bancário, analisando o sofrimento psíquico no contexto das mudanças organizacionais. O autor conclui que o sofrimento "surge como resposta às transformações do trabalho e às pressões impostas pelo ambiente organizacional". Os dados da pesquisa de campo destacam que esse desgaste não advém apenas da carga de trabalho, mas das mudanças nos modelos de gestão

que desconsideram a dimensão humana e ética. Como exemplo prático, o estudo aponta que o conflito entre as metas impostas e os valores pessoais do trabalhador gera um sentimento de desvalorização e perda de sentido no trabalho.

Diniz e Campos (2017) apresentam que a subordinação do indivíduo aos desejos organizacionais o posiciona como “objeto”, resultando em um severo desgaste emocional que elucida como as relações de poder capturam o desejo do sujeito. A evidência empírica indica que, na tentativa de atender ao "Outro-organizacional", o trabalhador sacrifica sua própria subjetividade, o que se manifesta na prática como uma forma de "morte simbólica" do sujeito no campo laboral.

Lucca (2017) também destaca que os trabalhadores vivenciam desequilíbrios profundos decorrentes da necessidade de adaptação a mudanças constantes, o que reflete no aumento de transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT). Como conclusão de sua análise sobre a dinâmica produtiva, o estudo apresenta que a “epidemia” desses transtornos é um reflexo direto de modelos de gestão que interferem na capacidade de agir do trabalhador, reduzindo sua autonomia e gerando quadros de ansiedade e depressão vinculados à competitividade radical do mercado. Nesse contexto, determinados ambientes e formas de organização do trabalho têm sido associados a quadros psicopatológicos específicos, evidenciando o nexo entre trabalho e sofrimento psíquico. Entre os exemplos destacados na literatura, encontram-se a Síndrome de Burnout em profissões marcadas por elevado investimento afetivo e relacional, como professores, profissionais da saúde e assistentes sociais, além de transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) desencadeados por situações traumáticas vivenciadas no exercício profissional, como assaltos, acidentes graves e catástrofes, acometendo trabalhadores como bancários, vigilantes e policiais. Além disso, a exposição ocupacional a substâncias tóxicas com ação neurocomportamental, como mercúrio, manganês e chumbo, também pode desencadear TMRT, reforçando a complexidade e a multideterminação desses adoecimentos.

4. Discussão

A análise dos estudos selecionados evidencia que as transformações contemporâneas do trabalho configuram um processo histórico de reestruturação das formas de organização produtiva, marcado pela passagem de modelos relativamente estáveis e previsíveis para arranjos cada vez mais flexíveis, instáveis e mediados por tecnologias digitais. Esse movimento não se configura como ruptura absoluta, mas como reorganização das lógicas produtivas do capitalismo sob a globalização neoliberal, produzindo novas formas de gestão, controle e implicação subjetiva do trabalhador.

Os estudos analisados remetem ao enfraquecimento do paradigma fordista-taylorista discutido por David Harvey e Ricardo Antunes, historicamente associado à estabilidade relativa dos vínculos e à previsibilidade das trajetórias profissionais. A crise desse modelo, intensificada a partir da década de 1970, impulsionou processos de flexibilização produtiva voltados à adaptação às exigências do capitalismo globalizado, favorecendo a fragmentação das relações de trabalho e a intensificação das exigências sobre os trabalhadores (Diniz & Campos, 2017).

Mais do que mudanças técnicas ou organizacionais, tais transformações incidem diretamente sobre a experiência subjetiva do trabalho. Na perspectiva da Psicossociologia do Trabalho, o trabalho constitui espaço de produção de sentido, reconhecimento e inserção social. Assim, a instabilidade e a competitividade contemporâneas fragilizam referenciais de continuidade e pertencimento historicamente associados à vida laboral.

Damião e Félix (2013) destacam que a globalização neoliberal instaura uma “mentalidade de curto prazo”, marcada pela adaptação contínua e pela disponibilidade permanente. Essa dinâmica articula-se à noção de acumulação flexível formulada por Harvey (1992), caracterizada pela reorganização constante dos processos produtivos e pela ampliação da instabilidade ocupacional.

Nesse contexto, o trabalhador passa a ser continuamente convocado a adaptar-se e responsabilizar-se individualmente por sua permanência no mercado. Lopes (2009) observa que essas transformações produzem formas de subjetividade marcadas pelo autogerenciamento, aproximando-se da análise de Byung-Chul Han sobre a sociedade do desempenho, na qual o sujeito internaliza a lógica produtiva e se constitui como empresário de si mesmo.

Sob essa perspectiva, a alienação discutida por Karl Marx assume novas configurações, uma vez que não se restringe à separação entre trabalhador e produto do

trabalho, mas se estende à captura da própria subjetividade.

Paralelamente, as transformações contemporâneas do trabalho articulam-se de forma decisiva à mediação tecnológica. Kanan e Arruda (2013) destacam que o trabalho na era digital redefine os limites entre vida pessoal e atividade laboral, ampliando a disponibilidade contínua e dissolvendo fronteiras entre tempo de trabalho e tempo privado. Essa dinâmica torna-se particularmente evidente no teletrabalho e nas plataformas digitais, nas quais o trabalhador passa a assumir responsabilidades anteriormente organizacionais, como gestão do tempo e da produtividade (Cruz et al., 2023).

Esse processo pode ser observado empiricamente em situações de trabalho mediado por aplicativos, como no caso de entregadores de plataformas digitais discutido em reportagens jornalísticas utilizadas na introdução deste estudo, nas quais se evidencia a coexistência entre flexibilidade aparente e intensificação da exploração, marcada por jornadas extensas, insegurança de renda e ausência de proteção social.

Além de reorganizar a atividade, a tecnologia opera como dispositivo de controle, permitindo monitoramento contínuo, individualização de metas e enfraquecimento dos coletivos de trabalho. Assim, a metamorfose do trabalho contemporâneo estrutura-se na articulação entre globalização neoliberal, flexibilização produtiva e mediação tecnológica, configurando um cenário em que a fluidez se torna princípio organizador central, não implicando ausência de controle, mas sua reconfiguração em formas mais difusas e internalizadas.

As transformações contemporâneas do trabalho, por sua vez, não se limitam à reorganização dos processos produtivos, mas implicam uma reconfiguração mais ampla da subjetividade. Nesse contexto, o trabalhador deixa de ser apenas executor de tarefas para tornar-se alvo de formas de gestão que incidem sobre seu modo de ser, pensar e agir.

A lógica da gestão por competências desloca o foco da execução técnica para a mobilização contínua de recursos subjetivos. Conforme Lopes (2009), habilidades interpessoais, criatividade, flexibilidade e engajamento emocional tornam-se centrais para a produtividade, incorporando dimensões antes restritas à esfera pessoal como exigências do trabalho.

Esse engajamento não se apresenta como escolha plenamente livre, mas como condição implícita de empregabilidade, produzindo uma autonomia paradoxal que amplia a responsabilidade individual pelos resultados e pelos riscos do fracasso. Essa dinâmica aproxima-se da análise de Byung-Chul Han, segundo a qual o controle contemporâneo opera pela internalização das exigências de produtividade, fazendo com que o sujeito se constitua

como empresário de si mesmo.

Diniz e Campos (2017) indicam que a internalização de metas organizacionais pode levar ao afastamento progressivo da própria agência, evidenciando formas contemporâneas de alienação nas quais afetos e desejos também são capturados pela lógica organizacional.

Esse processo é intensificado pela mediação tecnológica, que amplia a vigilância e a disponibilidade contínua, tornando difusas as fronteiras entre vida pessoal e trabalho. Paralelamente, a lógica neoliberal promove a individualização das trajetórias profissionais, como apontam Damião e Félix (2013), fazendo com que sucesso e fracasso sejam frequentemente interpretados como responsabilidade individual.

Essa racionalidade contribui para o enfraquecimento dos vínculos coletivos e para a intensificação da competitividade entre trabalhadores. Nesse cenário, casos de precarização do trabalho, como os discutidos na introdução em reportagens sobre o setor de entregas por aplicativo, ilustram a responsabilização individualizada combinada à transferência estrutural dos riscos ao trabalhador.

Sob a perspectiva da Psicossociologia do Trabalho (Lhuilier, 2014), esse processo impacta diretamente os modos de subjetivação, uma vez que o trabalho constitui espaço central de construção identitária e pertencimento social.

Dessa forma, o trabalhador contemporâneo é constituído simultaneamente como sujeito e objeto da gestão, em um cenário no qual o controle se reconfigura em formas internalizadas de autoexigência e responsabilização.

A experiência do trabalho contemporâneo se configura como um campo atravessado por tensões entre prazer e sofrimento, resultantes das formas de organização do trabalho e de suas incidências sobre a subjetividade. Nesse contexto, as Clínicas do Trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho permitem compreender o trabalho não apenas como atividade produtiva, mas como espaço de constituição de sentido, reconhecimento e também de produção de sofrimento psíquico.

Na perspectiva de Christophe Dejours, essa dinâmica decorre da relação entre o sujeito e o real da atividade, sendo o prazer associado à possibilidade de mobilizar criatividade, cooperação e reconhecimento no trabalho efetivamente realizado, enquanto o sofrimento se intensifica diante de situações marcadas por rigidez organizacional, intensificação das metas e restrição da autonomia. Em um cenário contemporâneo de crescente competitividade e precarização das relações laborais, como aponta Lucca (2017), essas condições tendem a se agravar, contribuindo para a ampliação dos transtornos mentais relacionados ao trabalho e evidenciando a centralidade do sofrimento psíquico na atual

configuração do mundo do trabalho.

Nesse cenário, o sofrimento pode assumir configurações específicas, como o sofrimento ético, que emerge quando o trabalhador é impelido a agir em desacordo com seus próprios valores para responder às exigências organizacionais. Paralelamente, observa-se o enfraquecimento dos vínculos coletivos, o que reduz os espaços de elaboração compartilhada do sofrimento e favorece sua internalização individual. Como indica Backes (2012), diante dessas condições, os trabalhadores mobilizam estratégias defensivas, como o cinismo e a dessensibilização, que viabilizam a continuidade da atividade, mas podem também comprometer a capacidade crítica e reforçar processos de adaptação às condições adversas de trabalho.

Em contrapartida, Yves Clot compreende a saúde no trabalho como relacionada ao poder de agir, isto é, à capacidade do trabalhador de intervir sobre sua própria atividade e produzir sentido a partir dela. Contudo, em contextos de intensificação produtiva e controle organizacional, esse poder de agir tende a ser progressivamente limitado, restringindo as possibilidades de criação e de transformação da atividade laboral.

Essas dinâmicas podem ser observadas em diferentes expressões contemporâneas do sofrimento no trabalho, como o burnout, os transtornos de estresse pós-traumático relacionados ao trabalho e as condições de trabalho em plataformas digitais, nas quais a intensificação, a instabilidade e a perda de controle sobre a atividade tornam visível a materialização dessas formas de sofrimento na experiência concreta dos trabalhadores.

A relevância dessas discussões torna-se ainda mais evidente diante dos recentes avanços normativos relacionados à saúde mental no trabalho. A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) reforça a necessidade de que organizações identifiquem e gerenciem riscos psicossociais presentes nos ambientes laborais, reconhecendo que fatores relacionados à organização do trabalho, à intensificação das exigências produtivas, às formas de gestão e às relações interpessoais podem impactar diretamente a saúde dos trabalhadores. Sob essa perspectiva, os resultados encontrados neste estudo dialogam com a crescente compreensão de que o sofrimento psíquico não deve ser interpretado apenas como uma questão individual, mas como fenômeno relacionado às condições concretas de realização do trabalho e às formas de organização laboral.

Apesar da intensificação dos mecanismos de controle no trabalho contemporâneo, diferentes estudos indicam que o trabalhador não se encontra totalmente capturado pelas lógicas neoliberais, uma vez que entre o trabalho prescrito e o trabalho real persiste um hiato constitutivo da atividade, no qual emergem processos de criação, resistência e produção de

sentido. Esse descompasso, conforme aponta Yves Clot, não é acidental, mas estrutural, já que o trabalho real exige continuamente interpretações, ajustes e arbitragens que escapam à possibilidade de prescrição total.

Nesse intervalo entre prescrição e realização, a experiência do trabalho preserva dimensões de subjetivação que não são totalmente anuladas pelas formas contemporâneas de gestão. Diniz e Campos (2017) indicam que, mesmo quando reduzido a exigências estritas de produtividade, o trabalhador mantém dimensões de desejo e agência que escapam ao controle organizacional, enquanto Lopes (2009) reforça que a racionalidade neoliberal, ainda que produza fortes constrangimentos, não elimina a singularidade da experiência do trabalho.

É nesse contexto que se tornam visíveis formas de inteligência prática construídas na própria atividade laboral, expressas em improvisações, regulações situadas e modos de cooperação informal que permitem sustentar margens de autonomia e de sentido, como destaca Backes (2012). Tais estratégias se articulam também ao reconhecimento entre pares, elemento central na construção da identidade profissional e na validação das formas cotidianas de enfrentamento das exigências do trabalho.

No contexto contemporâneo, marcado pela digitalização das relações laborais, observa-se que, embora as tecnologias ampliem mecanismos de monitoramento e controle, elas também podem favorecer a constituição de redes informais de apoio e cooperação, criando espaços de sociabilidade e de troca entre trabalhadores, ainda que de forma parcial e instável (Kanan & Arruda, 2013; Cruz et al., 2023). Sob a perspectiva da Psicossociologia do Trabalho, tais dinâmicas evidenciam que a subjetividade no trabalho não assume uma posição passiva, mas opera por meio de rearranjos contínuos, nos quais se articulam adaptação e criação.

Nesse cenário, a Psicologia do Trabalho assume um papel que não se limita à adaptação dos indivíduos às exigências organizacionais, mas pode contribuir para a valorização do trabalho real e para a ampliação do poder de agir dos trabalhadores. Desse modo, a subjetividade no trabalho contemporâneo se constitui como um campo permanente de tensão entre captura e resistência, no qual persistem possibilidades de criação, agência e produção de sentido mesmo sob formas sofisticadas de controle.

5. Conclusão

O presente estudo analisou, por meio de revisão narrativa da literatura, as transformações contemporâneas do trabalho e seus impactos sobre a subjetividade e a saúde dos trabalhadores. De modo geral, os achados indicam que as mudanças no mundo do trabalho estão associadas à flexibilização produtiva, à intensificação do uso de tecnologias digitais e à reorganização das formas de gestão, as quais produzem efeitos profundos sobre a experiência laboral.

Observa-se que tais transformações não se restringem a aspectos técnicos ou organizacionais, mas envolvem a ampliação de mecanismos de controle que se tornam cada vez mais difusos e internalizados. Nesse contexto, o trabalhador passa a ser convocado à autogestão constante de sua atividade e de sua trajetória profissional, em um cenário marcado pela individualização das responsabilidades e pela intensificação das exigências de desempenho.

Os resultados também evidenciam que o trabalho contemporâneo se constitui como espaço ambivalente, no qual convivem possibilidades de realização e produção de sentido, ao mesmo tempo em que se intensificam experiências de sofrimento psíquico, insegurança e desgaste emocional. Esse sofrimento, longe de se configurar como fenômeno isolado ou exclusivamente individual, relaciona-se às formas contemporâneas de organização do trabalho e às suas exigências estruturais.

Ainda assim, os achados indicam que a subjetividade não é totalmente capturada por essas lógicas de gestão, uma vez que permanecem espaços de criação, cooperação e resistência no cotidiano do trabalho. Tais movimentos revelam a persistência de formas de agência e de produção de sentido, mesmo em contextos marcados por forte controle e precarização.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma leitura crítica do trabalho contemporâneo no campo da Psicologia, especialmente a partir das contribuições da Psicossociologia do Trabalho e das Clínicas do Trabalho, que permitem compreender o trabalho como espaço de produção de subjetividade, mas também de tensão, sofrimento e resistência. Nesse sentido, torna-se fundamental que as práticas psicológicas não se restrinjam à adaptação dos sujeitos às exigências organizacionais, mas contribuam para a problematização das condições de trabalho e para a valorização de espaços coletivos de elaboração da experiência laboral.

Conclui-se que o trabalho contemporâneo se configura como um campo complexo e

contraditório, atravessado por processos de intensificação da gestão, reconfiguração das formas de controle e ampliação da vulnerabilidade subjetiva, ao mesmo tempo em que preserva possibilidades de criação e resistência. Reconhecer essa ambivalência é essencial para o desenvolvimento de intervenções e análises comprometidas com a saúde mental e com a dignidade dos trabalhadores.

6. Referências

- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335–351.
- Araújo, J. N. G., & Barros, V. A. (2019). A psicologia do trabalho e as clínicas do trabalho no Brasil. *Laboreal*, 15(2), 1–13. <https://doi.org/10.4000/laboreal.15515>
- Backes, A. L. (2012). Trabalho e subjetividade: Sofrimento psíquico em contexto de mudanças organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 6(14), 117–138.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2020). *Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1): Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais*. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/nr-1>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Cruz, R. M., Silva, A. L., & Santos, P. R. (2023). Transformação digital e flexibilização do trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 23(3). <https://doi.org/10.5935/rpot/2023.3.editorial>
- Damião, A. P., & Félix, S. A. (2013). Modernidade e globalização neoliberal: A “nova” condição do trabalho e dos trabalhadores no contexto da mentalidade de curto prazo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 211–225.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). Cortez.
- Diniz, L. F., & Campos, M. (2017). O trabalho contemporâneo e a subjetividade do trabalhador. *Revista UFG*, 17(21), 1–15. <https://doi.org/10.5216/revufg.v17i21.51672>
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? *Caderno CRH*.
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930)
- Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. Loyola.
- Kanan, L. A., & Arruda, M. P. (2013). A organização do trabalho na era digital. *Estudos de Psicologia*, 30(4), 583–591.

- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe 1), 5–19.
<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>
- Lopes, M. C. R. (2009). Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 91–113.
- Lucca, S. R. de. (2017). Saúde, saúde mental, trabalho e subjetividade. *Revista Laborativa*, 6(1), 147–159.
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (Livro I). Boitempo. (Obra original publicada em 1867)
- Mauss, M. (2003). *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70. (Obra original publicada em 1925)
- Paulino, R. A. F. (2001). Comunicação, mundo do trabalho e subjetividade. *Eptic On-Line: Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação*, 3(3).
- Peres, A. (2026). Precarização do trabalho no Brasil. *Veja*.
<https://veja.abril.com.br/coluna/balanco-social/precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>
- Pyl, B. (2024, April 17). Entregadores passam fome em jornadas de até 80 horas semanais, mostra pesquisa. *The Intercept Brasil*.
<https://www.intercept.com.br/2024/04/17/entregadores-passam-fome-em-jornadas-de-ate-80-horas/>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v–vi.